



União costura com o Supremo solução para crise do Rio

Proposta para suspender por 36 meses o pagamento de dívidas do Estado será submetida a Temer e ao STF

O governo busca nova solução para a crise financeira do Rio, desta vez com aval do Supremo Tribunal Federal.

Em reunião, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e o governador Luiz Fernando Pezão (PMDB) fecharam proposta que deve ser submetida à avaliação de Michel Temer e da presidente do STF, Cármen Lúcia.

O acordo negociado prevê a suspensão do pagamento das dívidas do Estado com a União por mais de 36 meses.

Exige, em contrapartida, medidas para a contenção de gastos, incluindo um teto para congelar as despesas do Estado e a suspensão, por dois anos, de reajustes salariais acima da inflação e de novas contratações.

As ações, no entanto, precisam passar pela aprovação da Assembleia Legislativa do Rio, que no ano passado barrou a maioria das propostas de ajuste.

De acordo com a equipe econômica, a solução só terá validade após homologação pelo Supremo, mas o formato em que isso ocorrerá não está claro. **Mercado A12**



Márcia Foletto/Agência O Globo



O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, durante a reunião com o governador do Rio, Luiz Fernando Pezão (PMDB), que esfrega o rosto de cansaço

Governo busca aval da Justiça para novo programa de socorro ao Rio

Plano acertado pela Fazenda com Estado à beira da falência será submetido a Temer e ao STF

Medidas impostas em troca de suspensão no pagamento de dívidas incluem teto de gastos e privatização de estatalLAÍS ALEGRETTI
MARINA DIAS
DE BRASÍLIA
LUCAS VETTORAZZO
DO RIO

A equipe econômica do presidente Michel Temer e o governo do Rio decidiram nesta segunda-feira (9) apresentar um novo programa de recuperação para tirar o Estado da grave crise financeira em que mergulhou no ano passado.

A proposta deve ser submetida até quarta (11) à avaliação de Temer e da presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Cármen Lúcia, que na semana passada impediu o governo de bloquear recursos que garantiam o pagamento de dívidas do Rio.

O acordo negociado pela Fazenda com o Rio prevê a suspensão do pagamento de suas dívidas com a União por mais de 36 meses e exige que o Estado, em contrapartida, tome medidas para conter gastos e equilibrar as contas.

A viabilidade do plano dependerá da aprovação dessas medidas pela Assembleia Legislativa do Rio, que no ano passado barrou a maioria das propostas de ajuste apresentadas pelo governador Luiz Fernando Pezão (PMDB).

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, acertou os detalhes com Pezão em reunião no Rio. Uma das propostas é adotar um teto para congelar as despesas do Estado, como o adotado para impedir que os gastos federais subam mais do que a inflação.

O plano prevê a suspensão por dois anos de reajustes salariais acima da inflação e novas contratações de servidores. Também está em negociação um aumento de 11% pa-

ra 14% da contribuição previdenciária dos funcionários estaduais, proposta barrada em dezembro na Assembleia.

Meirelles deixou claro, durante a reunião, que o Rio só terá aval da União para tomar novos empréstimos se aceitar privatizar a Cedae (Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro).

A equipe econômica ressaltou que o acordo só terá validade após homologação pelo Supremo, mas o formato em que isso ocorrerá não está claro. Os dez ministros que formam com Cármen Lúcia o plenário do STF voltam em fevereiro do recesso de fim de ano.

'SOLUÇÃO CONSENSUAL'

Nesta segunda-feira, a presidente do tribunal suspendeu o andamento da ação que evitou o bloqueio dos recursos do Rio, atendendo a pedido da AGU (Advocacia-Geral da União). A medida dá tempo para o governo negociar o acordo com o Rio sem

que o Estado recorra novamente à Justiça para evitar o bloqueio dos seus recursos.

"A complexidade da matéria posta na presente ação e a notória gravidade da situação financeira e orçamentária experimentada pelos entes federados recomendam a busca de solução consensual para o conflito", escreveu Cármen Lúcia em seu despacho.

Na semana passada, a presidente do STF concedeu ao Rio duas liminares, evitando o bloqueio de mais de R\$ 373 milhões em recursos que o Estado oferecera como garantia de que pagaria suas dívidas.

As liminares são decisões de caráter provisório, mas serviram para apressar as negociações entre a equipe econômica e o governo do Rio.

No ano passado, o governo Temer propôs ao Congresso a criação de um programa de recuperação para Estados falidos como o Rio, que receberiam alívio financeiro em troca de várias contraparti-

das como as medidas de ajuste sugeridas ao Rio agora.

A Câmara dos Deputados aprovou a proposta, mas sem as contrapartidas exigidas pelo governo, levando Temer a vetar o projeto e partir para a negociação direta com o Rio.

LEGISLATIVO

No encontro com Meirelles, Pezão disse acreditar que um acordo aprovado pelo presidente da República e homologado pelo Supremo terá mais condições de ser aprovado pela Assembleia do Rio.

O pacote de ajuste proposto por Pezão no ano passado teve 10 dos 22 projetos rejeitados ou retirados de pauta, após protestos de servidores.

A elevação da contribuição previdenciária, por exemplo, ainda não chegou a ser apreciada pela Assembleia. "Ela adiou a votação prevendo que haveria um acordo do Estado com a União", disse Pezão.

Colaborou LETÍCIA CASADO, de Brasília

NÃO AO AJUSTE
O que aconteceu com o pacote de Pezão**15**
projetos foram barrados pela Assembleia do Rio

PREVIDÊNCIA

> O governo queria arrecadar **R\$ 1,2 bilhão** por ano aumentando de 11 para **14%** a contribuição dos servidores com a Previdência estadual, mas teve que retirar o projeto

> Proposta que previa cobrança de alíquota extraordinária de até **30%** sobre os salários dos servidores ativos e inativos para financiar a Previdência foi devolvida pela Assembleia do Rio

ENXUGAMENTO DA MÁQUINA

> Projetos que propunham a extinção de sete fundações, institutos e autarquias foram retirados pelo governo depois que os deputados indicaram que seriam rejeitados

SALÁRIOS

> Projeto que extinguiu adicional por tempo de serviço teve tramitação suspensa pela Justiça

> O governo esperava economizar **R\$ 3,9 bilhões** até 2019 com uma proposta que adiava para 2020 aumentos salariais concedidos em 2014, mas o projeto foi devolvido

OUTROS PODERES

> O governo retirou projeto que propunha limites anuais para despesas do Legislativo e do Judiciário, em porcentagem das receitas do Estado

> Outra proposta retirada limitava o crescimento da despesa com pessoal do Executivo, do Legislativo e do Judiciário a **70%** do aumento real da receita

> Projeto que permitia usar para pagar salários fundos destinados pela Constituição estadual a atividades de outros Poderes foi retirado

ÁREA SOCIAL

> Extinção dos programas Renda Melhor e Renda Melhor Jovem foi rejeitada

7
propostas do governo foram aprovadas

IMPOSTOS

> Aumento do ICMS para cerveja, cigarro, gasolina, energia elétrica e telecomunicações

> Criação de mecanismos para acelerar cobrança de devedores da Fazenda Estadual e restringir a concessão de anistias

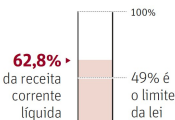
SALÁRIOS

> A Assembleia aprovou redução em **30%** dos salários do governador, do vice, dos secretários e subsecretários, mas Pezão vetou o projeto, alegando que ele perderia sentido

SUBSÍDIOS

> Extinção da gratuidade para moradores de Paqueta e Ilha Grande nas barcas e redução de subsídios no transporte

RIO DE JANEIRO

GASTO COM PESSOAL
Do Executivo, em 2015**DÍVIDA**
Líquida até agosto de 2016**-21,8%**
Variação da receita corrente líquida em 12 meses até outubro de 2016, ante 2015

Fonte: Tesouro Nacional

ANÁLISE

Interferência do STF tira da Fazenda força para impor medidas de ajuste

MARIANA CARNEIRO
DE SÃO PAULO

A longa agonia dos Estados em crise, cujo principal protagonista é o Rio de Janeiro, teve uma nova virada neste início de ano. Ao proibir o governo federal de congelar verbas do Estado, que não vem pagando suas dívidas, a ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), devolveu a bola aos governadores.

Durante o recesso de fim de ano, o presidente Michel Temer vetou a ajuda especial aos Estados em calamidade, como o Rio, deixando o Estado sem solução para sua crise.

Com a decisão favorável no Supremo, o Rio conseguiu

abrir alguma vantagem na negociação com a União.

A equipe econômica precisa encontrar uma saída negociada antes da próxima semana, quando a presidente do STF quer ouvir Estado e União sobre a divergência.

O risco é que a decisão da magistrada abra a porta para que outros governadores, também em crise, recorram à corte para deixar de pagar suas dívidas. O que esvaziaria de vez a capacidade da equipe econômica em tentar emplacar algum tipo de ajuste fiscal nos Estados.

Não custa lembrar que isso já aconteceu. Em abril de 2016, o STF decidiu provisoriamente que a cobrança de juros sobre juros na dívida

dos Estados com a União era indevida. O pedido, lançado por Santa Catarina, foi seguido em massa pelos demais governadores e colocou bancos e investidores em alerta.

Cálculos demonstravam a perda bilionária que poderia provocar a extensão da decisão, que por fim não prosperou, para o setor privado.

Passado o choque, a liminar serviu para Estados e governo federal avançarem nas conversas que produziu o projeto de renegociação das dívidas estaduais, sancionado na última semana do ano.

Dessa vez, a decisão da ministra Cármen Lúcia traz nova mensagem potencialmente danosa para o sistema financeiro. Na prática está pro-

ibindo o credor de acionar as garantias do devedor em caso de calote.

A expectativa é que o resultado, tal qual no passado, seja reabrir as negociações entre governo federal e Estados.

O Ministério da Fazenda ainda se recupera da derrota na Câmara dos Deputados, quando propôs (sem sucesso) contrapartidas aos Estados em troca de ajuda financeira. A nova rodada de negociação é a chance final de conseguir medidas de ajuste destes governadores.

Rio, Minas Gerais e Rio Grande do Sul esperam pela liberação assentida de não pagar dívidas pelos próximos três anos, além de verba extra no curtíssimo prazo para pagar funcionários e fornecedores. Servidores dos três Estados ficaram sem ver ou receber parcialmente o 13º salário e há meses sofrem atrasos nos pagamentos.